



COLETIVAMENTE. Grande parte dos recursos é destinada à reforma e à construção de estradas

Bancada federal destina R\$ 1 bi em emendas para AL

Individualmente, a saúde foi a área que mais recebeu financiamento

CARLA SERQUEIRA
REPORTER

Os deputados federais e senadores de Alagoas devem movimentar cerca de R\$ 1 bilhão do Orçamento da União, em 2014. Pelo menos, esta é a intenção revelada pelos parlamentares por meio das emendas individuais e coletivas, apresentadas no Congresso Nacional no último dia 2 de dezembro, prazo final para sugerir obras e investimentos a serem executados pelo governo federal no próximo ano. O orçamento geral da União para 2014 tem previsão de R\$ 2,3 trilhões.

Do total de R\$ 1 bilhão dos projetos de Alagoas, R\$ 176,2 milhões são de emendas individuais. Cada parlamentar indicou o destino de R\$ 14,6 milhões para financiar ações e obras que julgou relevante. Já a bancada federal de Alagoas, em conjunto, distribuiu R\$ 837 milhões, boa parte dos recursos para construção de rodovias. Foram destinados, coletivamente, R\$ 326 milhões para a reforma e construção de estradas em Alagoas.

Ainda na lista das emendas coletivas, a ampliação da Maternidade Santa Mônica foi contemplada com R\$ 40 milhões e a do Hospital Universitário (HU), com R\$ 20 milhões. A urbanização da Lagoa Mundaú deve ficar com R\$ 35 milhões; a construção do Hospital Municipal de Maceió, com R\$ 60 milhões; e a construção do viaduto da Cambona, com mais R\$ 30 milhões. Os campi da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em Arapiraca e Penedo, têm previstos R\$ 40 milhões e R\$ 20 milhões,

respectivamente, para expansões. A infraestrutura urbana de Maceió deve receber R\$ 50 milhões de emenda coletiva.

A saúde foi a área que recebeu mais emendas individuais dos parlamentares. De acordo com o projeto de lei que estabelece o Orçamento Impositivo, em trâmite para aprovação na Câmara dos Deputados, os senadores e deputados federais teriam que, obrigatoriamente, dedicar 50% do valor das emendas individuais para projetos na área da saúde. Em Alagoas, estes recursos somam R\$ 67,6 milhões. Em seguida, o setor mais contemplado com os projetos apresentados pelos parlamentares foi a infraestrutura urbana nos municípios de Alagoas. Para drenagem e pavimentação, foram alocados pouco mais de R\$ 33,8 milhões.

O turismo no estado não foi esquecido. A maioria dos parlamentares destinou recursos para fomentar este setor da economia alagoana. R\$ 21,4 milhões estão destinados para projetos nesta área, conforme informações disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, na internet. O Ensino Superior nas universidades estaduais também tem investimento previsto, a partir das emendas individuais. A Universidade Estadual de Ciências da Saúde (Uncisal) foi contemplada com R\$ 1,1 milhão, enquanto que a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) deve receber R\$ 600 mil do Orçamento da

União.

Projetos que visam ampliar e fortalecer os Conselhos Tutelares e a Defensoria Pública no Estado de Alagoas aparecem na lista das emendas individuais elaborada pelos parlamentares alagoanos. Os conselhos devem receber R\$ 993 mil e a Defensoria, R\$ 543 mil.

IMPOSIÇÃO

Em Brasília, os deputados correm para aprovar a PEC que institui o Orçamento Impositivo. Atualmente, o governo federal não tem obrigação de viabilizar, com a destinação de recursos do orçamento, os projetos escalados por meios das emendas parlamentares. As emendas têm, até então, o efeito de autorizar os investimentos indicados. Os deputados e senadores se articulam para aprovar a obrigatoriedade, o que acabaria com a incerteza da disponibilidade de verbas da União para realizar as obras e os projetos escolhidos pelos legisladores por meio de emendas.

A demora da votação da PEC não impede a aprovação do Orçamento 2014, que deve acontecer já na próxima semana. No entanto, o Poder Legislativo busca um acordo com o Poder Executivo para assegurar a aprovação do orçamento impositivo, sem vetos do governo federal. O receio dos deputados e senadores é aprovar o orçamento sem a certeza de que o projeto do orçamento impositivo terá a sanção da presidente Dilma Rousseff.

A PEC do Orçamento Impositivo, que deve ser votada apenas em fevereiro do ano que vem, obriga o governo federal a executar 1,2% da receita corrente líquida da União em emendas individuais dos parlamentares, o que corresponde a R\$ 8,72 bilhões do orçamento de 2014.

Articulação

Os deputados correm para aprovar a PEC do Orçamento Impositivo, que obriga o governo federal a viabilizar os projetos escalados por meios das emendas parlamentares.